

AS NORMAS E O MERCADO DA HORTICULTURA: A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES DE IBIÚNA (SP) NOS CIRCUITOS SOCIOESPACIAIS

LAS NORMAS Y EL MERCADO DE LA HORTICULTURA: LA INSERCIÓN DE LOS AGRÓNOMOS DE IBIÚNA (SP) EN LOS CIRCUITOS SOCIOESPACIAIS

THE NORMS AND THE MARKET OF THE HORTICULTURE: THE INSERTION OF THE AGRICULTURISTS OF IBIÚNA (SP) IN THE SOCIOESPACIAIS CIRCUITS

Elisângela Couto
Mestre em geografia pela Universidade de São Paulo.
portuscouto@yahoo.com.br

Resumo

Esse trabalho busca compreender os usos diferenciados que a agricultura empreende ao território, tornando-o cada vez mais fluido aos interesses dos grandes agentes corporativos. Todavia, os usos do território não são homogêneos, uma vez que as ações e os objetos propagam-se nos lugares a partir de relações de conflito e cooperação. Tal uso seletivo aponta para as funções que os lugares devem cumprir a partir das demandas nacionais e internacionais. Essa diferenciação de atividades agrícolas é notada em muitos lugares como é o caso do uso do espaço do município de Ibiúna (SP), constituído pela produção hortícola, onde novas atividades começam a ganhar expressividade, tornando o espaço agrícola local ainda mais complexo.

Palavras chave: mercado, horticultura, agricultor, normas, território

Abstract

This work intends to comprehend the so distinguished uses which agriculture enterprises on the territory, becoming increasingly fluid to the interests of the biggest corporative entrepreneurs. However, territory usage is not a homogeneous phenomenon once actions and objects are spread out through places from a core of relations of cooperation and conflict. This uneven usage directs specific employments that must be accomplished, by places, attending to national and international demands. The agricultural activities differentiation can be noticed in several places of the territory, for instance, as in the use of the district area of Ibiúna (SP) space, constituted by horticulture activities, that has been joined by new expressive activities which heightened its complexity.

Words-key: market, horticulture, agriculture, norms, territory.

Resumen

Ese trabajo recoge comprender los usos diferenciados que la agricultura emprende al territorio, haciéndolo cada vez más fluido a los intereses de los grandes agentes corporativos. Sin embargo, los usos del territorio no son homogêneos una vez que, las acciones y los objetos se propagan en los lugares a partir de relaciones de conflicto y cooperación. Tal uso selectivo apunta hacia las funciones que los lugares deben cumplir a partir de las demandas nacionales e internacionales. Esta diferenciación de actividades agrícolas es notada en muchos lugares como es el caso del uso del espacio del municipio de Ibiúna (SP), constituido por la producción hortícola, donde nuevas actividades comienzan a ganar expresividad, haciendo el espacio agrícola local aún más complejo.

Palabras llave: mercado, horticultura, agricultura, norma, territorio.

Introdução

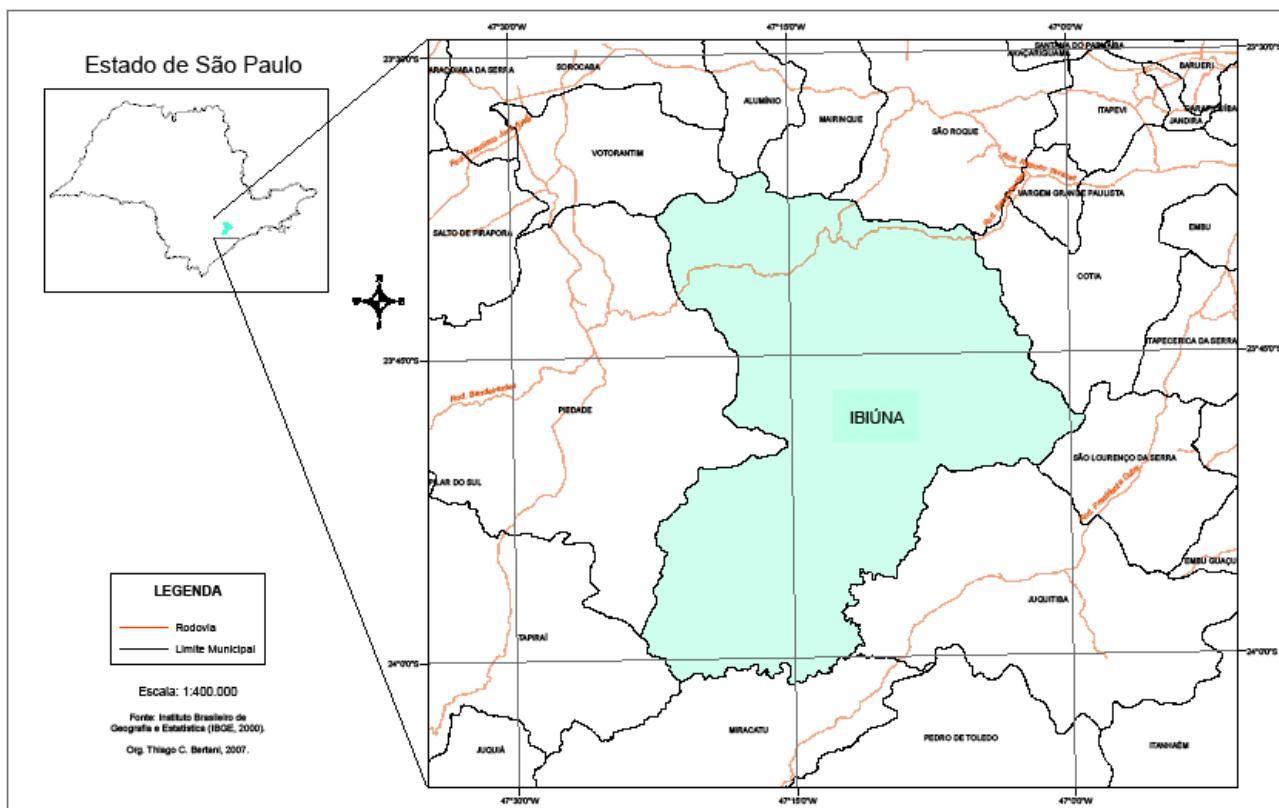
O município de Ibiúna, uma fração de um todo constituído pelo território usado, lugar anteriormente voltado para a extração de madeira, foi alçado à condição atual de ser um dos grandes responsáveis pelo abastecimento hortícola da região metropolitana de São Paulo, fato originado a partir da escassez de alimentos que o mercado urbano enfrentava. A partir de então Ibiúna desenvolveu-se em função das hortaliças e recentemente novas funções vêm sendo acrescidas ao município como as de agricultura orgânica, produção de cogumelos, hidroponia e criação de cabras e avestruzes.

O fator acelerador da agricultura em Ibiúna foi a crescente artificialização do meio geográfico local, dada a partir dos novos conteúdos técnicos e científicos. Tal processo que, por ser seletivo, criou uma apropriação desigual de espaços e inovações técnicas, resultando na coexistência de temporalidades de modos de fazer antigos e novos. Interessa dizer que nomeamos os tempos rápidos ligados sobretudo à modernização que é parte de um processo de integração da agricultura ao sistema capitalista industrial que, “*Especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60*” (GRAZIANO SILVA, 1996, p.30), veio de forma desigual, uma vez que é expressa por meio de manchas, assim como em outros municípios. Diante disso, numa rápida reconstituição, ter-se-ia

em Ibiúna um desenvolvimento que, desde o início, esteve ligado às atividades econômicas do campo. O resultado foi o alargamento desse setor, que dinamizou os demais, localizados na área urbana.

Nosso interesse de estudo deve-se ao fato de que o município recebe o processo de modernização de forma diversificada. Isso faz de Ibiúna (*mapa 1*), um lugar onde o processo de modernização agrícola ocorre como manchas, assim como nos demais lugares em que a entrada de conteúdos modernizadores se dá dialeticamente conforme as intenções dos agentes e o recebimento dessas ações pelos lugares. No município a existência de um arranjo socioespacial voltado à produção hortícola é fator primordial para a integração com a região metropolitana de São Paulo que determina o que produzir, para quem, como e qual o valor das mercadorias. Assim existe um estreitamento de dependência desses trabalhadores em relação ao mercado, sem contudo, suas condições sociais apresentarem melhorias.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA



Ibiúna e as Relações de Mercado - O Caso da Ceagesp

O deslocamento do cinturão verde na década de 1980 esteve associado principalmente ao crescimento urbano da cidade de São Paulo, pois se, de um lado, fora aumentada a demanda por produtos hortícolas, de outro, esse processo empurrou para lugares mais distantes as atividades agrícolas (como foi o caso de Ibiúna) que antes eram realizadas nos arredores da região metropolitana e que hoje também são praticadas por municípios como Ibiúna.

Os produtos com menor durabilidade afastaram-se menos, como é o caso da alface que, nos últimos anos, é um dos produtos mais cultivados no município, enquanto os legumes como tomate e pimentão foram para áreas mais distantes, devido sua maior durabilidade. Como em geral a agricultura de Ibiúna recebeu novas tecnologias, isso acabou por favorecer a diversificação de seus produtos. Dessa forma, a produção de folhosas no município é realizada principalmente para o abastecimento regional que envolve distâncias que não ultrapassam 300 km. Lembrando que, somente o Estado de São Paulo produz cerca de 40% da produção nacional de folhosas, e colabora no abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SAA, 2003). Estar próximo ao mercado consumidor é um grande avanço para o tipo de produto que Ibiúna comercializa.

A entrada de tecnologias, associadas ao novo período técnico científico e informacional (SANTOS, 2002), colaborou para o desenvolvimento da atividade hortícola que demonstrou, desde o início, requerer condições propícias para um bom desempenho, sendo necessária a aplicação de uma variedade de técnicas agronômicas e a utilização de insumos industriais. Nesse sentido, a crescente especialização em tornar áreas inapropriadas em férteis é uma das principais conquistas do binômio ciência e técnica.

Diante do afastamento de determinados cultivos, os EDR¹ (Escritório de Desenvolvimento Rural) foram reorganizados de acordo com suas especializações. Alguns municípios produziam os mesmos cultivos que Ibiúna enquanto outros se destacaram. Dessa forma, os EDRs de Mogi e Sorocaba (esse último integra Ibiúna) são os líderes na produção de alface, brócolis e cenoura. O EDR de Sorocaba mantém destaque, pois possui sozinho o predomínio de cebola, couve-flor e repolho, seguido pelo EDR de São Paulo que também leva vantagem na produção desses cultivos. Os

EDRs de Jaboticabal e de São João da Boa Vista ficam na terceira posição em se tratando dos cultivos da cebola e do repolho.

É observada a importância do EDR de Sorocaba, que aparece como protagonista no cultivo de alguns principais produtos do cinturão verde de São Paulo. Todavia, o EDR de Mogi das Cruzes também tem grande destaque.

Os dados da tabela 01 demonstram o predomínio do EDR de Sorocaba no escoamento da produção da abobrinha, da beterraba e do repolho, enquanto houve uma maior participação do EDR de Mogi em relação ao pimentão e à alface. Assim, o EDR de Sorocaba foi um dos principais responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana em 2005, em relação aos produtos da tabela. Os dados demonstram ainda a superioridade do EDR de Sorocaba sobre o de Mogi das Cruzes, demonstrando que muitos produtos apresentam índices acima de 30%.

Tabela 1 – Produção dos EDRs Mogi das Cruzes e Sorocaba (%), 2005

EDR 2005	Abobrinha	Alface	Beterraba	Cenoura	Pimentão	Repolho	Total de todos os EDR*
Mogi das Cruzes	7,43	28,37	34,34	20,40	13,65	13,91	100%
Sorocaba	16,55	6,71	35,11	35,40	4,22	46,01	100%

*total de 40 EDR.

Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola). Ano: 2005. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Um ponto importante a ser levantado refere-se à diminuição da área produzida dessas culturas e, por outro lado, ao aumento da produção. Assim, as novas tecnologias utilizadas no campo são as responsáveis pela redução da área e pelo aumento da produtividade dos cultivares no território brasileiro. Todavia, se houve uma redução da área houve também concentração entre os *agentes hegemônicos* que ditam os circuitos de produção, as tecnologias utilizadas e as sementes que os agricultores devem adquirir.

Em Ibiúna, os agricultores, trabalhadores cooperados e trabalhadores dos *circuitos inferior e superior* (SANTOS, 2001), garantem a realização das formas de produção e comercialização do EDR de Sorocaba, mesmo sendo submetidos às normas, às idéias e ao capital de agentes externos. No processo de abastecimento da região metropolitana, a horticultura envolve um conjunto de pessoas e lugares que são dependentes entre si para que a realização das formas de produção e de comercialização extrapole a esfera local e siga para outros Estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

A partir dessas informações observa-se que na agricultura é cada vez maior a permanência de uma *razão instrumental* (WEBER, 2000) associada à lógica competitiva, à produção e à informação. Em relação aos pequenos produtores, essa ação é controlada pelos agentes de maior poder. “*O campo modernizado é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível*” (SANTOS, 2002, p.305). Porém, não se deve associar a racionalidade dos objetos técnicos a serviço apenas dos atores hegemônicos, como alerta Santos (2002) ao afirmar que os objetos técnicos também têm valores de uso. O problema maior consiste no uso que é feito deles.

Um dos principais colaboradores no processo de racionalização de produção e comercialização da horticultura é a CEAGESP. Por meio dessa organização passam diariamente toneladas de produtos vendidos em todo o país. Grande parte das hortícolas folhosas vem do município de Ibiúna que se torna um dos principais responsáveis pelo

escoamento e abastecimento de hortaliças nos mercados da região metropolitana de São Paulo.

Conforme Watanabe (2007)²: a CEAGESP contribui com algo em torno de 60% do comércio de hortaliças do país. Na atualidade, segundo ele, “*Quem mais compra aqui são supermercados, feiras, varejão, sacolões e consumidor*”.

Contudo, verifica-se que a organização vem perdendo o mercado de produtos para os supermercados, principalmente porque essas redes detêm cerca de 50% das vendas de produtos hortifrutigranjeiros. Grandes redes varejistas, como os supermercados, vêm criando suas próprias centrais de compras para o setor de hortifrutigranjeiros e apresentam entre outros fatores um menor custo logístico, decorrência de pedidos mais concentrados (negocia-se de uma só vez todos os pedidos), operações de carga e descarga mecanizadas etc.

Hoje a movimentação de mercadorias das CEASAs responde também por cerca de 60% do abastecimento de hortícolas da Grande São Paulo. Verifica-se, desse modo, sua grande atuação na comercialização de hortícolas e armazenagem de grãos, conforme afirmado por Watanabe que apontou para a importância do fator *distância* como condicionante da produção da alface, que é um dos produtos menos resistentes. No ano de 2006, as relações comerciais concentravam-se entre 09 empresários, num total de 150. Esse pequeno número detinha as vendas de mais de 50% do volume dos produtos como repolho, brócolis, alface, cenoura, batata etc.

Contudo, os dados da tabela 02 indicam uma redução da entrada de produtos provenientes de Ibiúna entre os anos de 2004 e 2006, com exceção ao coentro e à salsa.

Tabela 2 – São Paulo - Comercialização na CEAGESP/SP dos produtos cultivados em Ibiúna (em toneladas) 2004-2006

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	37.151	4.411	6.526	968	2.232	1.393	1.061	1.230
2005	32.318	4.547	7.710	795	1.450	1.297	1.005	1.924
2006	27.788	2.754	6.279	989	1.659	1.211	1.108	804

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Todavia, é necessário frisar que, embora a CEAGESP esteja perdendo mercado, ainda é o principal colaborador da entrada dos produtos de Ibiúna. Também controla e forma preços nacionais e, conforme Santos & Silveira (2001, p.149), é um importante órgão de regulação dos calendários da circulação de mercadorias, interferindo nos

circuitos de produção, uma vez que oferece locais de armazenagem e serviços como operações em bolsas de mercadorias.

A tabela 03 demonstra que, em geral, alguns produtos cultivados no Estado de São Paulo e que mantêm relações com a CEAGESP tiveram queda no volume, como é o caso do repolho, do coentro, da couve-flor e da escarola. Já outros, como o brócolis, a alface e o pimentão, tiveram aumento de entrada.

Tabela 3 – São Paulo – Produtos que deram entrada na CEAGESP/SP, 2004 a 2006 (em toneladas)

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	62.216	14.758	27.263	2.147	10.296	4.791	2.594	35.914
2005	63.951	14.447	28.003	1.789	8.859	5.028	2.454	38.085
2006	61.351	17.410	28.169	1.726	9.736	4.562	2.697	41.336

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe e Cláudio I. Fanale. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Quando sobrepostos os dados das tabelas 02 e 03, observa-se que é bastante significativa para a CEAGESP a parceria com o município de Ibiúna, uma vez que produtos como o repolho, o coentro e a salsa atingem mais de 40% do total geral das entradas na organização. Os dados da tabela 4 demonstram que, de 2004 a 2006, há uma redução de participação de Ibiúna em relação à quantidade total que entrou na CEAGESP, com exceção dos cultivos do coentro, com 57,30%, e da salsa, com 41,08%, que tiveram aumento na participação.

Tabela 4 – São Paulo - Porcentagem (%) da entrada dos produtos de Ibiúna (SP) em relação à quantidade total que entra na CEAGESP/SP, 2004-2006

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	59,71	27,99	23,93	45,08	21,67	29,07	40,90	3,42
2005	50,53	31,47	27,53	44,43	16,36	25,79	40,95	5,05
2006	45,29	15,81	22,29	57,30	17,03	26,54	41,08	1,94

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe e Cláudio I. Fanale. Organização da tabela: Elisângela Couto.

A Caisp (Cooperativa Agropecuária de Ibiúna) e o Setor de Produção e Comercialização em Ibiúna

Fundada em 1995 por um grupo de japoneses, a CAISP comercializa a produção da horticultura convencional, orgânica, higienizada e hidropônica. Atende uma ampla rede de supermercados: Extra, Barateiro, Pão de Açúcar, Sonda, Big, Roldão, Rikoy, Macro, Pastorinho, Assai, além de pequenas e médias lojas de hortifrutigranjeiros da

capital. É a maior fornecedora da região para redes de supermercado da grande São Paulo, interior e baixada santista (JORNAL DA ECONOMIA, 2005).

A CAISP coloca no mercado, mensalmente, de 45 a 60 toneladas de hortaliças que abastecem mais de 100 lojas espalhadas pelo litoral, interior e capital. Os produtos que mais ganham destaque na cooperativa são: a alface, o cheiro verde, a escarola, a rúcula, o repolho e a couve-flor.

Não existem vínculos com a CEAGESP por a CAISP acreditar que não há vantagens de comercialização, uma vez que os preços pagos são muito inferiores aos dos supermercados. As exigências e atrasos nos pagamentos são outros problemas que a cooperativa enfrentou na negociação com essa organização. Os maiores lucros da cooperativa vêm em primeiro lugar com a comercialização hidropônica. Em segundo, aparece a produção orgânica que, desde meados da década de 1990, vem ganhando mercado. Em terceiro, aparece a produção convencional.

A procura por produtos que apresentam diferenciais que agregam valor, como é o caso dos hidropônicos (com maior durabilidade e mais fáceis de limpar) e dos orgânicos (ausência de agrotóxicos), acaba por selecionar a classe sócio-econômica que irá consumir os produtos, uma vez que esses apresentam preços mais elevados que os convencionais. Dessa forma, a cooperativa acaba por direcionar o destino da produção. Uma vez que o mercado tem preferências, a cooperativa acaba restringindo a atuação dos cooperados convencionais e dá prioridade àqueles agricultores que apresentam maior agregação de valor nos produtos e que por isso trazem maior taxa de lucros à cooperativa.

Em relação aos cultivares orgânicos, para o agrônomo responsável pela cooperativa, Cláudio Markuns, o mercado de orgânicos ainda está pouco valorizado, pois, “*Muitos entram na agricultura orgânica por causa da lucratividade e depois adquirem essa consciência ambiental do solo, saúde etc*”.

Os associados da CAISP comercializam também com outros órgãos empresariais. Já os não associados são responsáveis por grande demanda e são bastante influentes na cooperativa, uma vez que sua participação torna-se fundamental para o abastecimento dos mercados. Durante todos os meses eles são acionados para suprir a falta de produtos.

Outro problema encontrado não somente na CAISP como em outros tipos de relações comerciais, está associado ao capital. Na cooperativa, os custos administrativos com os agricultores estão distribuídos na provisão, manutenção, emissão de notas fiscais

etc., que, somados, giram em torno de 56%. Ou seja, hipoteticamente se o agricultor vende uma unidade de alface por R\$ 1,00, cerca de R\$ 0,56 centavos fica para a cooperativa.; some-se a isso os descontos com frete, produção, embalagem etc. Dessa forma, o agricultor não consegue grandes vantagens nessa relação comercial. O próprio agrônomo admite que os custos estão altos. Em contrapartida, argumenta que as taxas são necessárias, uma vez que há dificuldades de inserção no mercado, principalmente nas grandes redes, como o Pão de Açúcar, que cobra um desconto financeiro em torno de 13,5%, somente para a cooperativa ter algum tipo de vínculo com esse supermercado que é o maior cliente da cooperativa, fornecendo cerca de 45% da renda total para a CAISP.

Existem importantes funções das cooperativas agropecuárias que auxiliam a geração de renda para os produtores rurais como, a barganha por melhores preços, a possibilidade de agregar valor ao produto, o acesso ao mercado e a possibilidade de adoção de tecnologia. Todavia, é preciso ter estudos mais precisos sobre uma possível gestão empresarial que começa a despontar nas cooperativas.

Em Ibiúna, assim como nos municípios que participam do abastecimento do mercado de hortaliças da região metropolitana, os maiores problemas encontrados na relação entre agricultura e comercialização estão associados principalmente à falta de preparo do agricultor em relação à comercialização direta com os compradores, como também ao conjunto de normas impostas pelas instituições privadas e públicas³. Em relação ao despreparo para a comercialização, como verificado em entrevistas de campo, a maioria dos agricultores admitiram não saber negociar e, por isso, vendem para os atravessadores/intermediários sua produção, pois não encontram um canal direto com o consumidor.

Nessa questão referente aos intermediários há um conjunto diferenciado: os individuais que compram a produção de pequenos e médios agricultores e vendem diretamente aos supermercados formando alianças de negociação de produtos, preços etc., e há aqueles que também produzem e compram a produção dos demais agricultores, vendendo-a para redes de supermercados, feiras, atacadistas etc. Existem cerca de nove agentes que dominam as macro relações de produção e comércio em Ibiúna. Sobre a questão dos intermediários, aponta Santos (2004, p.225) que:

A proliferação dos intermediários é um fenômeno comum às economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas as causas não são as mesmas [...] nos países subdesenvolvidos, a existência de intermediários é a própria condição, a base das possibilidades estruturais de funcionamento da economia.

Assim os principais agentes que comercializam as hortaliças saídas de Ibiúna são os: atacadistas (como a CEAGESP), CAISP, intermediários individuais, pequenos varejistas e as grandes e médias redes de supermercados. Algumas redes de supermercados possuem centrais de compra próprias que adquirem as hortaliças diretamente do agricultor. Entretanto, na ausência desse canal direto, a figura do intermediário acaba por ter importância e, na medida em que o grau de incerteza aumenta, isto é, há excesso de oferta, prevalece a venda direta a qualquer intermediário. Diante dessas informações, os maiores obstáculos averiguados referem-se à ausência de canais diretos de comercialização e aos preços que deveriam ser praticados.

Outro ponto a ser esclarecido diz respeito ainda à CEAGESP, uma vez que o principal objetivo da instituição é o aluguel dos *boxes* (maioria dos contratos por consignação). A organização não tem nenhum controle na negociação entre agricultor e comprador. Todavia, a CEAGESP faz recomendações sobre o controle de agrotóxicos, de armazenagem e de modernização dos produtos, bem como a cotação de preços. Em outras palavras, essa instituição acaba por colaborar na proposta de normas para aqueles que desejam comercializar no local, porém a inspeção fica por conta do comprador e agricultor.

Além disso, as variações de preço dadas pelo mercado e as normas ligadas ao Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, redes de supermercados, entre outros, impedem os agricultores com pouca capitalização a continuarem trabalhando com a CEAGESP e, muitos chegam até mesmo a abandonar a agricultura.

Por outro lado, existem as centrais de compra e de distribuição que normalmente são encontradas nos arredores dos grandes centros consumidores. Nelas, a carga é desmontada, processada (limpeza, embalagem e etiquetagem) e remontada, segundo as necessidades de demanda dos compradores. As vantagens da implementação desse sistema giram em torno da redução dos custos de distribuição e estocagem, maior flexibilidade para a prática da segmentação e diferenciação de produto. As orientações transmitidas das centrais aos agricultores apontam basicamente para a necessidade de maior produtividade, regularidade e pontualidade na entrega, o que faz com que os agricultores menos capacitados ou aqueles que não possam fornecer grandes

quantidades com regularidade e qualidade, acabem por sair desse mercado (BELIK:CHAIM, sd)⁴. As centrais compram as hortícolas, higienizam, embalam, certificam e distribuem os produtos. Possuem sistemas de beneficiamento com autorizações de qualidade, de padronização, de higiene sanitária e de assistência técnica de agrônomos particulares.

Contudo, se, de um lado, essas novas centrais substituem os antigos locais de comercialização, de outro, reproduzem as mesmas insatisfações dos agricultores, colocadas anteriormente. Num território organizado para as empresas, as normas não oficiais dadas por estas, muitas vezes, tornam-se leis. A densidade normativa intensifica as funções de cada lugar:

[...] É a imposição das leis de mercado e de outras normas globais que, revogando a multiplicidade de marcos normativos nos países e lugares, torna maior a densidade normativa. A densidade normativa é, a um só tempo, causa e consequência do enraizamento e preenchimento de funções num lugar a partir das escalas de ação (SILVEIRA, 2004, p. 93).

Em Ibiúna, o poder público utiliza as belezas ditas ‘naturais’ como quedas d’água, parques ecológicos, entre outros, ligados ao meio ambiente para atrair turistas e novos moradores para o município. Diante disso, a reorganização do espaço local é constante e as atividades agrícolas acabam sendo afastadas para áreas mais distantes, assim como novos usos agropecuários começam a se destacar no município, de acordo com as mentalidades coordenadas por um conjunto de agentes, sobretudo o Estado, as empresas e a imprensa em geral. Além do que, as atividades que se instalaram no lugar mesclam-se com modos de produzir antigos e que são algumas *rugosidades* (SANTOS, 2002) incrustadas na paisagem.

Os mais recentes Circuitos de Produção - hidroponia, orgânicos, criação de avestruz e cabras em Ibiúna

- O caso da hidroponia

A partir de experiências no Japão, o sr. Tikamori foi um dos primeiros agricultores a trazer a Ibiúna a produção hidropônica. Sua família, de origem japonesa,

veio trabalhar nos cafezais e, posteriormente, na agricultura de hortaliças, após a segunda guerra mundial. Esteve ligado ao ramo da horticultura convencional, porém, com a queda de preços, em meados da década de 1990, optou por ir trabalhar no Japão, onde permaneceu durante alguns anos. Aprendeu técnicas agrícolas e, na sua volta para o Brasil, implementou-as em sua propriedade.

Há cinco anos, o agricultor está no ramo da hidroponia, ocupando uma área de 45.000 m². Utiliza-se de técnicas e tecnologias modernas como as estufas que garantem um maior controle de temperatura e eliminação de doenças na alface e rúcula, que são os principais cultivos. Outros instrumentos, ligados às sementes mais resistentes, aos fertilizantes e às técnicas hidropônicas garantem maior produção numa menor área. Na propriedade as estufas garantem que o processo se realize completamente, uma vez que protegem as hortaliças das chuvas e de outros fenômenos climáticos.

Outro circuito complementar que está se conformando diz respeito ao conjunto de agricultores-compradores de Atibaia, de Jundiaí, de Campinas, de Mogi das Cruzes e de Vargem Grande Paulista, os quais começam a procurar os produtos hortícolas de Ibiúna. Segundo entrevista com Carlos Tikamori, “*Eles acham Ibiúna o paraíso das hortaliças. Vendemos a preços irrisórios nossos produtos para não passarmos fome e quem ganha são eles*”.

Para os agricultores que trabalham com os produtos hidropônicos suas vantagens são maiores, em relação aos produtos convencionais, pois a produção é mais rápida, o capital de investimento é garantido e a venda é mais estável quando comparada à convencional, já que o produto agrega maior valor, por ser mais limpo e possuir maior durabilidade. Embora o agricultor também trabalhe com a agricultura convencional (em menor escala), a produção de hidropônico é bem maior. Uma vez prontos para a venda, os produtos são embalados e vendidos para os compradores.

- O caso da Agricultura Orgânica (AO): as mudanças de usos de cultivos convencionais para cultivos orgânicos em Ibiúna

No Brasil, ainda na década de 1970, a produção orgânica esteve associada aos movimentos que buscavam o retorno do contato com a terra como forma alternativa em oposição às idéias consumistas da sociedade moderna. Dessa forma, o movimento contrapunha-se ao pacote tecnológico da agricultura moderna (baseado na utilização de insumos sintéticos e agroquímicos) que se expandia também para o território brasileiro.

Com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por uma alimentação mais saudável, houve maior expansão dos produtos orgânicos e, na década de 1980, foram criadas muitas cooperativas de produção e consumo de produtos naturais, que estão até os dias atuais em atividade, bem como os restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação. Na década de 1990, estimulados pela ECO 92, propagaram-se os pontos comerciais de venda de produtos naturais e, no final da década, os produtos orgânicos entraram mais assiduamente nos supermercados. A existência de um mercado crescente e rentável tem atraído novos empreendedores que visam, essencialmente, aos lucros que podem advir da atividade e, embora mantenham os preceitos técnicos da agricultura orgânica, se distanciam cada vez mais da filosofia que deu origem ao movimento (ORMOND, 2002, p.09).

Recentemente, as grandes redes de supermercados vêm se destacando como um dos principais canais de comercialização, apresentando-os como produtos de alta qualidade, selecionados, classificados, rotulados e embalados. Todavia, assim como na questão dos agricultores convencionais, a distância entre quem produz e quem consome aumenta.

A cadeia produtiva da horticultura é constituída pelas etapas de: produção de insumos, produção agropecuária (os pequenos agricultores em sua maioria dedicam-se à produção de hortifrutigranjeiros e são ligados a associações de produtores, cooperativas ou empresas de processamento, responsáveis pela comercialização; eventualmente, fazem comercialização direta em feiras) e processamento (empresas, cooperativas ou associações de agricultores que atuam na coleta de produção e fazem seleção, higienização, padronização e envase de produtos e são responsáveis pelo transporte e comercialização da produção, pela distribuição, pelo consumo e pela certificação).

A produção da Região Sudeste representa 60% da produção orgânica brasileira (RODRIGUES, 2006) e Ibiúna segue consolidando-se entre um dos principais municípios que ganham força nesse ramo da horticultura.

A certificação é o resultado de trabalhos desenvolvidos por organizações não-governamentais (associações e cooperativas de produtores e consumidores) que estabeleceram padrões e normas internas para produção e comercialização da agricultura orgânica e criaram selos de garantia para seus produtos (selos de certificação), direcionados principalmente ao mercado interno. À medida que os agricultores passaram a ter interesse no mercado exportador, surgiu a necessidade de certificação dos produtos por instituições de reconhecimento internacional.

Para que isso fosse possível, a produção, o armazenamento e o transporte teriam de obedecer aos padrões internacionais. A fim de regulamentar o setor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabeleceu pela *Instrução Normativa 007/99*, de 17 de maio de 1999, as normas disciplinares para produção, tipificação, processamento, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam eles de origem animal ou vegetal. Os procedimentos constantes da referida instrução estão em sintonia com os praticados na maioria dos países da Europa, bem como nos Estados Unidos e no Japão.

As organizações ligadas aos certificados tornam-se, gradativamente, mundiais e buscam, na normatização, um instrumento de controle eficaz no modelo de produção orgânica. Todavia, acabam por excluir e até mesmo retirar da agricultura os produtores que não conseguem inserir-se nessas normatizações. A falta desse certificado restringe a atuação comercial do agricultor aos nichos de mercado mais próximos, como é o caso de relações de vizinhança, parentais e redes de supermercados de pequeno e médio porte.

Conforme informações do Sindicato Rural, Ibiúna está se consolidando como o maior produtor de agricultura orgânica do Estado de São Paulo. Se, por um lado, todas as propriedades possuem certificações, por outro, apresentam os mesmos problemas da agricultura convencional, sobretudo, em relação ao preço de seus produtos, que se igualam aos custos que têm para produzi-los. Entretanto, os maiores beneficiados nessa relação são, sem dúvida, os intermediários e as grandes redes de atacado e varejo que sobrevalorizam o produto em até três a quatro vezes a mais que o preço dado ao agricultor.

Alguns aspectos que colaboraram para a inserção de Ibiúna no ramo da AO, dizem respeito às novas mentalidades, assim como, ao fato das tradicionais atividades agrícolas continuarem a degradar a qualidade das águas do Rio Sorocabuçu. Soma-se a isso o elevado custo da produção convencional, a queda de preços e os problemas de comercialização, tornando inviável a continuidade da agricultura convencional. Porém, a maioria dos agricultores de Ibiúna continua a pertencer ao setor convencional de produção hortícola.

É interessante ressaltar que Ibiúna apresenta mais de 40% da superfície total (1.093 km²) inserida na *Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica*. Abriga parcelas importantes de Áreas de Proteção Ambiental (APA), como da Serra do Mar, criada em 1984, o Parque Estadual de Jurupará, decretado em 1992, e a Zona de Vida Silvestre,

criada em 1984. Devido à especulação imobiliária intensa, as áreas protegidas acabam sendo ocupadas e dão lugar a loteamentos, pastagens e a atividades ligadas à horticultura orgânica. O fato de que parte do município esteja inserida numa área de proteção ambiental colabora para que a agricultura orgânica constitua uma forte atividade que tende a substituir, a longo prazo, a agricultura convencional.

Em Ibiúna, as normas, por exemplo, ligadas à legislação ambiental, têm motivado discussões acirradas, devido ao caráter vertical com que foram impostas. A lei garante que essas áreas sejam protegidas, todavia, no cotidiano do município, o que se percebe é sua degradação e ocupação. Outro problema encontrado diz respeito à represa de Itupararanga, transformada em *APA de Itupararanga* em 1998. A represa abastece, além de Ibiúna, os vários municípios vizinhos, com um total de abrangência de 63% do abastecimento de água à população da bacia do rio Sorocaba, bem como todas atividades agrícolas vizinhas. Contudo, a degradação acelera-se na medida em que aumenta o contingente populacional.

Basicamente, são quatro organizações envolvidas com a AO no município e que integram todos os agricultores do ramo: A APPRI (Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna), a empresa Horta e Arte, a APPOI (Associação dos Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna) e a CAISP. Na realidade, independentemente da inserção em quaisquer dessas organizações, os agricultores responsabilizam-se por todos os encargos da produção, da assistência técnica e da certificação.

As redes de comercialização dessas organizações estão associadas ao mercado da região metropolitana, ficando para os supermercados e lojas especializadas os principais meios de escoamento da produção, que se destinam a uma classe socioeconômica com maior poder.

Os agricultores orgânicos de Ibiúna possuem relações com instituições de pesquisa, entre elas estão a EMBRAPA e o SEBRAE- SP (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que são parceiras e fornecem alternativas para melhor racionalizar a produção e a venda.

As relações de venda são bastante problemáticas para os agricultores orgânicos de Ibiúna, uma vez que, os compradores pagam aos agricultores hipoteticamente os valores de R\$ 3,00 o quilo de tomate porém, ao chegar na prateleira dos supermercados e setores especializados, o consumidor final poderá pagar um preço de até R\$ 12,00 o quilo. Uma vez colocados nas bandejas, o preço pode ser valorizado, entretanto os custos de produção e de trabalho também aumentam. Nesse sentido, a formação do

valor e da mais valia são os pilares da economia de mercado, dominantes do sistema capitalista, “*O processo da formação do valor e da mais-valia é o nível mais profundo, dominante, da realidade concreta do sistema capitalista – o das relações sociais de produção que o constituem*” (GODELIER, sd, p. 95).

- O caso dos recentes usos agropecuários em Ibiúna: a caprinocultura e a estrutiocultura

Outras atividades ligadas ao espaço agropecuário de Ibiúna começam a se destacar, como é o caso da caprinocultura e estrutiocultura. Os pioneiros a se lançarem em Ibiúna são pessoas que vieram da capital paulista e começaram o negócio por influência do mercado, não tendo nenhum contato direto com essas atividades anteriormente.

Comercializam diretamente suas mercadorias com médias e grandes redes de supermercados, grandes hotéis (Transamérica e Bourbon), redes de frigoríficos (Perdigão) e mercados, padarias, mercearias da capital, Ribeirão Preto, Jundiaí e Araraquara. Nas duas propriedades, há adequação de instrumentos de produção, de mão de obra especializada, ausência de incentivos governamentais, empréstimos de bancos privados e os familiares e funcionários revezam no trabalho utilizando tecnologias modernas no processo de produção, como é, por exemplo, o caso dos avestruzes em que todos possuem *chips* de identificação que indicam a idade do animal, sexo e proprietário, graças a um projeto vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Nesses novos usos agropecuários, foi possível perceber que, na realidade, a preocupação com a rentabilidade econômica é a causa principal, e o território, mais uma vez, é usado enquanto recurso para fins particulares.

As formas de ocupação socioeconômica nas áreas rurais estão associadas aos novos ou recriados usos do tempo e do espaço, como indica Graziano Silva et al. (2002). São introduzidos novos usos na mesma atividade, isto é, são recriadas formas a partir de: nichos especiais, cadeias produtivas com novas bases técnicas, integração ao circuito das mercadorias (articulação com supermercados, comercialização sob encomenda), nova divisão do trabalho, surgimento de novas hortaliças e agregação de valor fortalecendo os principais seguimentos que fornecem características à idéia de um novo rural: “*É como se houvesse uma busca incessante dos capitais para se converter em mercadorias todas as atividades com valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e de novas necessidades*” (GRAZIANO SILVA, et al. 2002, p.41)

Em Ibiúna, atividades como os pesque-pagues ganham cada vez mais espaço. São mais de 30 propriedades do tipo espalhadas pelo município. As atividades domésticas, construção civil e o turismo rural são outros setores de atividades que vêm crescendo. Da mesma forma, muitas pessoas que trabalham na lavoura complementam a renda familiar com atividades não agrícolas, caracterizando-se o que se entende por pluriatividade:

[...] um fenômeno que tem se aprofundado em função da queda da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar (MARAFON, 2006, p.27).

Os agentes hegemônicos penetram nessas atividades por meio de financiamentos, dados por intermédio de empréstimos bancários, de infra-estrutura, como também atuam no destino das mercadorias. Estão presentes nas atividades agropecuárias de Ibiúna, desde o início do processo, como é o caso das atividades da caprinocultura e da estruticultura que requerem instrumentos de produção modernos. Mas, é no processo de comercialização que se dá, com mais evidência, a atuação desses agentes, pois quem compra a produção desses pequenos agropecuários são as grandes redes de comércios, uma vez que o acesso é restrito, devido aos preços altos dessas mercadorias. Consequentemente, esses produtos são adquiridos por consumidores que têm um maior padrão econômico.

Diante das mentalidades fortemente ligadas aos agentes externos do lugar, em Ibiúna, as atividades agropecuárias apresentam conteúdos novos como as atividades ligadas aos produtos orgânicos, avestruzes, cabras e a hidroponia enquanto as atividades mais tradicionais são associadas à agricultura convencional. Todavia, os instrumentos técnicos modernos estão presentes em todas essas atividades mesmo que os instrumentos e as instituições de pesquisa estejam menos voltados para a agricultura convencional. Esse fato pode ser explicado pelas mentalidades do período em questão como é o caso da agricultura orgânica que está associada à proteção da natureza. Nesse sentido, a modernidade tecnológica chegou a Ibiúna e consigo trouxe ações que modificaram a paisagem, uma vez que, os modernos conteúdos reorganizam o uso do

espaço agrícola, assim como do espaço urbano. Todavia, além de formas sociais que continuam a existir, são constituídas outras resultantes de modernizações seletivas.

A normatização do espaço desigual e as possibilidades de transformação

A partir das ações globais, são transmitidos os principais conteúdos difundidos pela informação que é o evento principal da contemporaneidade alcançando todo o território, mesmo que de forma diferenciada. Essa diferenciação dos vetores da globalização nos lugares é possível devido às relações históricas do lugar ligadas ao prático-inerte⁵. Somado a isso é necessário entender o grau de disposição das pessoas e dos lugares para receber os vetores modernos. Nesse sentido, o local e o global complementam-se e se contradizem.

Mais que abastecer o mercado interno, as rationalidades hegemônicas buscam a modernização da economia rural e o aumento da composição técnica e orgânica do capital na agricultura (SANTOS, 2003, p.190). Os velhos problemas persistem na paisagem do território brasileiro. Dessa forma, a ação no mundo rural, carregada pelo viés da modernização técnico-científica e comandada pela informação, predomina como manchas no território e o Estado e as grandes corporações empresariais dão o sentido do que entendem por moderno.

O que aconteceu, de fato, foi um aumento das possibilidades técnicas, porém estas continuam privilegiar poucos sujeitos sociais, mesmo sabendo que a própria técnica, quando direcionada para o bem estar humano, pode transformar e dignificar a existência humana e ser um instrumento de libertação. Todavia, os usos técnicos e científicos são apropriados para outros fins, tornando a parceria modernização e tecnocracia um instrumento opressor para a maioria da sociedade brasileira:

Modernização e tecnocracia, sendo sinônimas nas condições atuais, o movimento para a concentração é apoiado por uma poderosa argumentação técnica [...] O resultado entretanto, é o contrário: pobreza difundida por toda a parte, pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Isso, não podemos negar, constitui um dos resultados mais graves da associação funcional do Estado com os monopólios (SANTOS, 2004, p.282).

Dentro da discussão filosófica da razão, Weber (2000) aponta um caminho sem saída que a racionalidade moderna, *racionalidade dos fins*, reserva para a sociedade, enquanto Habermas (1988) tenta construir a emancipação social a partir de um discurso que tem como fundamento a *razão comunicativa*, mediada por símbolos e pela linguagem que pode vir a ser uma alternativa à modernização vertical das coisas e dos homens.

Ao pensar nessas reflexões dentro da ciência geográfica, é necessário que se entenda que a *racionalidade instrumental* conduz caminhos para determinados fins. Todavia, há outros tipos de racionalidades, como aquelas que Santos (1996) chama de *contra-racionalidades*, capazes de denunciar a fragmentação dessa razão instrumental, que reduziu as relações sociais ao nível da individualidade, do consumo etc. Nesse sentido, as ações cotidianas estabelecidas no lugar funcionam como solidariedades capazes de mudanças, a partir de um bem comum social. Assim, são estabelecidos códigos no lugar, que embora submetidos aos comandos dos agentes hegemônicos, são capazes de construir identidades que buscam novas formas de existências que transcendam às atuais.

No que diz respeito ao espaço agrícola, marcado por desigualdades, os agentes hegemônicos e os pequenos agricultores entram em conflito, mas de uma forma ou de outra há, “*Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam, de modos múltiplos, frações de capital e trabalho*” (SANTOS, 2003, p.143). Constituído por relações entre agentes hegemonizados e hegemônicos, o espaço agrícola de Ibiúna mantém contradições que aparecem nas condições de trabalho na agricultura, nas condições de mercado e na comercialização, assim como na apropriação do trabalho pelas grandes empresas envolvidas com a agricultura.

O trabalho familiar aparece nas propriedades visitadas. Contudo, há também funcionários temporários ou efetivos que colaboram nas atividades agropecuárias. O assalariamento se dá, sobretudo, em propriedades mais ligadas ao grande mercado, como é o caso da hidropônia, da maioria dos agricultores orgânicos, convencionais e ligados à pecuária. Nesses estabelecimentos, a ação dos agentes hegemônicos se faz mais presente, o que obriga esses lugares serem mais racionalizados em relação às demandas de mercado.

A tríade técnica, ciência e informação influencia a sociedade nas condições existenciais humanas, bem como no dinamismo do espaço geográfico. Diante disso, a nova ordem mercadológica torna o território brasileiro modernizado parcialmente, pois

acompanha os ritmos mundiais, enquanto as contradições dessas modernizações espalham a escassez existencial:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque acolhem os vetores da globalização, que passam por eles para impor essa nova ordem – que eu espero seja passageira. Mas, de outro lado, produz-se a partir de cada lugar a contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados, isto é, de pessoas que não têm como se subordinar permanentemente à racionalidade hegemônica e que estão juntas, como parte de uma vizinhança (SANTOS, 1999)⁶.

Assim, em Ibiúna, existem variadas formas e funções que indicam quais os processos determinantes que configuram a paisagem da atualidade. De certo modo, o Estado e o mercado foram os protagonistas das transformações sócio-econômicas daquele município, que ganhou força a partir das ações dos sujeitos sociais que decidiram ali instalar-se. As normas estatais e mercadológicas acabam por impor, no território brasileiro, um conjunto de ideologias modernizadoras capazes de incentivar o que eles alegam ser fundamental para o progresso do país. É de Mónica Arroyo (2005), a pergunta: a porosidade e a fluidez do território serve para quem? Na contemporaneidade das ações o território estaria mais direcionado a ser usufruído pelos agentes hegemônicos. As ideologias são colocadas como imprescindíveis para o desenvolvimento dos lugares. Ideologias do crescimento e do consumo são os motores das novas formas de produção (SANTOS, 1992).

A questão das normas sempre foi de extrema importância para se entender a configuração territorial brasileira. Na contemporaneidade, o que se percebe é a constante normatização que grupos com poder e influência acabam por impor no território, atingindo aos demais agentes sociais. Não diferente acontece em Ibiúna, com as normas na agricultura, nos comportamentos, nas legislações ambientais etc.

A modernização está presente em Ibiúna por meio da instalação da FAMEC (Faculdade de Educação e Cultura Montessori), dos institutos de pesquisas como a EMBRAPA e a APTA (Agência Paulista de Tecnologias dos Agronegócios), na modernização dos sistemas de engenharia, na rede de bancos, de transportes e nos movimentos de pessoas que circulam em Ibiúna e que, de alguma forma, possuem relações com o município.

A tecnificação do território, entendida a partir de uma organização sistemática de ações e objetos geográficos, a fim de possibilitar um uso territorial e social para todos os homens, é invertida na medida em que os agentes hegemônicos querem o território cada vez mais racional e eficaz para usos exclusivamente corporativistas e mercantilistas. Todavia, a técnica inerente à sociedade humana pode constituir-se como instrumento de libertação.

Considerações Finais

A partir do fim da segunda guerra, as possibilidades de mudanças sociais estavam dadas, uma vez que o crescente progresso técnico científico e informacional colaboraria para a transformação socioeconômica e melhoria do bem-estar da sociedade, todavia, o resultado não foi o previsto. As transformações da agricultura ficaram restritas à absorção das novas tecnologias cujo fim era a obtenção de aumento da produção, da produtividade e dos lucros. Diante disso, o desenvolvimento social nas relações de trabalho não sofreu grandes mudanças. Em Ibiúna as condições sociais são inversamente proporcionais à entrada de tecnologias no município, uma vez que, o desemprego, a precariedade do trabalho e a reorganização do espaço agrícola são as tônica do lugar.

Os circuitos espaciais existentes entre o município e a região metropolitana de São Paulo possibilitam entender o instante em que a produção é finalizada, os principais percalços associados à venda da produção, que é distribuída aos supermercados, cooperativa, atacadistas, quitandas, sacolões, varejões, intermediários individuais, feirantes e pessoas que compram diretamente na roça.

Diante disso, a noção de circuitos espaciais, proposta por Milton Santos na análise urbana do território, também pode ser verificada nas atividades que permeiam a modernização ocorrida nas áreas rurais. Tais atividades envolvem o circuito superior e inferior que se interagem recriando múltiplas formas de usos do tempo e do espaço. Os processos daí resultantes demonstram que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos hortícolas de Ibiúna são realizados separadamente, uma vez que a produção é realizada no município, porém a distribuição é feita a partir de um conjunto de agentes que comercializarão as mercadorias em outras cidades.

Assim em Ibiúna, o acontecer complementar apresenta a intensidade de relações sociais entre a cidade, campo e os demais lugares próximos, que fortalecem as ações de

comando do lugar. A existência dessas relações integra o município dentro de uma rede de lugares e de ações que são iniciadas desde o pequeno agricultor até a grande empresa de insumos. Um conjunto de ações dá o comando às diferentes formas que os lugares do território brasileiro assumem por meio de ações políticas, culturais, históricas e econômicas no espaço. A busca por condições existenciais mais humanas faz do território um ente fundamental e indispensável para a realização da existência humana plena.

Porém, essa existência humana plena ainda está no plano das idéias, uma vez que ao pensar em Ibiúna, a modernização agrícola não apresenta grandes avanços na diminuição da pobreza, da fome e do aumento de dignidade. O mesmo fato ocorre em outros lugares do território brasileiro. A paisagem é cada vez mais artificializada conforme as mentalidades mercadológicas do período atual que vem revestida de discursos associados à preservação da natureza e ao bem estar do homem. Todavia em Ibiúna as condições de existência dos trabalhadores estão cada vez mais degradadas e seguem em ritmo acelerado uma vez que o mercado está cada vez mais exigente. Porém em proporção inversa os trabalhadores estão cada vez mais empobrecidos devido à inexistência de poderes públicos e privados que possibilitem pelo menos um equilíbrio de forças entre esses agentes sociais.

Notas

¹ O EDR é uma proposta de regionalização do Estado de São Paulo com base nas atividades agropecuárias. Disponível no site <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>> Acesso em 28/07/2006.

² Entrevista realizada por nós, no dia 08 de outubro de 2006, concedida por Hélio Watanabe, responsável pelo controle de produção e comercialização da CEAGESP e por Cláudio Markuns engenheiro agrônomo da CAISP.

³ Em relação à esfera pública, têm-se como órgãos de controle legais: 1º. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária pertencente ao Ministério da Saúde. 2º. MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego. 3º. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 4º. INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. 5º. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CEAGESP – Centro de Qualidade em horticultura. Produto em Ordem. Circular técnica. CQH, nº 13, maio/2006). Outros órgãos, como a prefeitura municipal de São Paulo, decidiram por meio de decretos que a partir de fevereiro deste ano fica proibido o manuseio de alimentos como hortaliças, por meio de caixas de madeira. Os agricultores deverão armazenar suas mercadorias em caixas de plástico ou de papelão (JORNAL DO ENTREPOSTO - CEAGESP, fev, 2007).

⁴ Instituto de Economia da Universidade de Campinas - SP. Disponível no site <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo173.htm>> Texto sem data. Acesso em: 15/01/2007.

⁵ O prático-inerte do qual trata Sartre refere-se às experiências individuais e sociais cristalizadas no passado e que constituem formas sociais. Milton Santos estende a idéia para o espaço no sentido de que as formas espaciais do passado também fazem parte desse prático-inerte (SANTOS, 2002, p.317).

⁶ Revista Teoria & Debate. Referente aos meses de fev/mar/abr, 1999b. Texto sem página. Disponível no site <<http://www.geocities.com/madsonpardo/ms/entrevistas/mse08.htm>> Acesso em 15/02/2007.

Referências

- ARROYO, Maria Mônica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA Maria Laura (Org). Continente em chamas: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp: 211-242.
- BELIK, Walter; CHAIM, Abrahão Nuria. Formas Híbridas de Coordenação na Distribuição de Frutas, Legumes e Verduras no Brasil. Campinas: Instituto de Economia. Disponível no site <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo173.htm>> Acesso em 15/01/2007.
- CEAGESP, Companhia de Entrepósto de Armazéns Gerais de São Paulo. Produto em ordem. Centro de Qualidade em horticultura. Circular técnica: CQH, n° 13, maio/2006
- GODELIER, Maurice. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [19sd].
- HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1988.
- JORNAL DA ECONOMIA. Cooperativa agropecuária de Ibiúna abastece o mercado de São Paulo e Baixada Santista. São Paulo: São Roque, 2005. Disponível no site <<http://www.jeonline.com.br/regiao/regiao>> Acesso em 18/01/2006.
- MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. In: Campo-território. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.
- ORMOND, José Geraldo Pacheco (Org.). Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002. Disponível no site <http://www.naturalrural.com.br/conteudo/agricultura_organica.pdf> Acesso em: 15/12/2006.
- RODRIGUES, Geraldo Stachetti. Gestão ambiental de atividades rurais: estudo de caso em agroturismo e agricultura orgânica. In: Instituto de Economia Agrícola (IEA). *Agricultura. São Paulo*, São Paulo, v.53, n.1, p. 17-31, jan./jun. 2006.
- SAA, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Plano diretor. In: Instituto Agronômico (IA). Centro de Análise e pesquisa tecnológica do agronegócio da horticultura, 2002. Disponível no site <<http://www.iac.sp.gov.br/Centros/Horticultura>> Acesso em 29/08/2006.
- SANTOS, Milton. _____. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996, 2002.
- _____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. Economia Espacial. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, José Graziano.O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: v. 19 nº1, 2002, pp-37-67. Disponível no site <<http://www.atlas.sct.embrapa.br.pdf>> Acesso em 02/09/2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Escala geográfica: da ação ao império? In: Revista Terra Livre (AGB), Goiânia, nº 23, ano 20, vol. 2, jul-dez, 2004.

WEBER, Max. Economia e Sociedade - fundamentos da sociologia comprensiva. Brasília: UNB, 2000.